

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Graduação em Ciências Contábeis

Juliana Aparecida dos Santos

CONTROLADORIA E INFORMAÇÃO CONTÁBIL: Uma análise das dificuldades encontradas pelas organizações do terceiro setor na prestação de contas e na busca de novos benefícios.

Belo Horizonte

2015

Juliana Aparecida dos Santos

CONTROLADORIA E INFORMAÇÃO CONTÁBIL: Uma análise das dificuldades encontradas pelas organizações do terceiro setor na prestação de contas e na busca de novos benefícios.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis - Ênfase em Controladoria da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Márcio Antônio de Souza

Belo Horizonte

2015

*Aos meus pais e irmãos por todo apoio
concedido, ao meu marido em especial
pelo incentivo e compreensão, meu porto
seguro.*

AGRADECIMENTO

Ao meu orientador, Professor Márcio Antônio de Souza, que entendeu a proposta deste trabalho e possibilitou a realização do mesmo, sempre tão solícito e gentil.

Aos meus colegas de classe pela compreensão e incentivo.

RESUMO

Este trabalho aborda as dificuldades enfrentadas pelas instituições de terceiro setor para prestar contas de suas atividades e alcançar a certificação necessária para usufruir de benefícios fiscais. A metodologia utilizada foi à consulta de artigos científicos e dados fornecidos pela instituição, bem como a consulta na legislação vigente e site de entidades específicas que determinam o que é necessário para o enquadramento como terceiro setor e em qual classe a instituição se enquadra, no caso do Instituto Beta enquadra-se como Utilidade Pública Federal, relata também os procedimentos para alcançar a isenção do INSS que configura um dos objetivos do Instituto Beta, além de apontar os benefícios já usufruídos pela instituição, Analisar os mecanismos de controle interno capazes de influenciar na geração das informações econômico-financeiras, evidenciar métodos e sistemáticas para sintetizar o processo de prestação de contas e Apontar os caminhos e procedimentos para o alcance efetivo dos benefícios ainda não usufruídos. Alcançados estes objetivos, foi possível visualizar os problemas de controle e gestão de dados enfrentados pelo Instituto Beta e as propostas estabelecidas para melhoria e aperfeiçoamento do controle interno. Ficou evidente a dificuldade enfrentada pelo Instituto para alcançar a isenção do INSS devido à burocracia dos órgãos certificadores.

Palavras-chave: Terceiro setor. Isenção. Utilidade Pública Federal

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- Conjunção dos setores (modelo Trissetorial).....	20
FIGURA 2- Classificação das Pessoas Jurídicas de Acordo com o Código Civil.....	21

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Exigências de Projetos Sociais por Tipo de Negócio.....	20
QUADRO 2 - Imunidade a Impostos: Aspectos Gerais.....	25
QUADRO 3 - Requisitos para cadastro no CNAS.....	42
QUADRO 4- Checklist Documental.....	45
QUADRO 5- Requisitos para obter isenção Social.....	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABONG- Associação Brasileira de Organização não Governamental
CEAS – Conselho Estadual de Assistência Social
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
CTN – Código Tributário Nacional
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
ONG`S – Organização Não- Governamentais
OSC – Organização da Sociedade Civil
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
UPF- Utilidade Pública Federal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
1.1 Contextualização do Tema.....	19
1.2 Tema	21
1.3 Problema de pesquisa.....	21
1.4 Objetivos.....	21
1.4.1 <i>Objetivo geral</i>	21
1.4.2 <i>Objetivos específicos</i>	22
1.5 Justificativa	22
2 REFERENCIAL TEÓRICO	23
2.1 Contribuições das ONG'S Para Melhoria do Bem Estar Social	23
2.1.1 <i>O Terceiro Setor e os problemas Sociais no Brasil</i>	24
2.1.2 <i>As ONGS e o meio ambiente</i>	24
2.1.3 <i>As ONGS e o Ensino</i>	26
2.1.4 <i>As ONGS e a Saúde</i>	27
2.2 Exigências legais para Manutenção dos Benefícios fiscais das ONGS	28
2.2.1 <i>Classificação das pessoas Jurídicas do terceiro setor</i>	29
2.2.2 <i>Base legal da Imunidade</i>	30
2.2.3 <i>O Papel do Ministério Público Como Órgão de Controle das ONGS</i>	32
2.2.4 <i>Requisitos de Associação de acordo com o código Civil Brasileiro</i>	33
2.3 Pesquisas Anteriores	34
2.3.1 <i>Estado Mercado e Terceiro Setor: Uma análise Conceitual das Parcerias intersetoriais</i>	34
2.3.2 <i>Um Estudo sobre a Controladoria em Organizações do Terceiro Setor na Região Metropolitana de Campinas</i>	35
2.3.3 <i>Discutindo o terceiro Setor Sob o Enfoque de Concepções Tradicionais e Inovadoras de Administração.</i>	36
2.3.4 <i>ONGs, vulnerabilidade juvenil e reconhecimento cultural: eficácia simbólica e dilemas</i>	37
2.3.5 <i>Caracterização do modelo organizacional de duas instituições do Terceiro Setor utilizando a Teoria de Mintzberg</i>	38
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	41
3.1 Classificação da Pesquisa.....	41
3.1.1 <i>Quanto aos Objetivos</i>	41
3.1.2 <i>Quanto aos Procedimentos</i>	41
3.1.3 <i>Quanto à abordagem do Problema</i>	42
3.2 Estratégia e coleta de Dados	42
3.2.1 <i>Análise de Conteúdo</i>	42
4 ANÁLISE DE DADOS	45
4.1 Caracterização da Organização	45
4.2 Diagnóstico do Problema	46

4.3 Requisitos para o Enquadramento Pretendido.....	48
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS	57
APÊNDICE A – Questionário aplicado aos usuários internos.....	61
ANEXO A - Modelo Requerimento de Inscrição Anexo II	62
ANEXO B - Roteiro de Visita à entidade	63

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização do Tema

Segundo Fernandes (1995) O terceiro setor ainda é uma expressão pouco utilizada no Brasil. Este conceito ainda não é tão conhecido aqui, as pessoas não o utilizam usualmente.

Para Fisher e Falconer (1998), o terceiro setor sempre se localizou em uma zona de pouca importância na ótica das teorias econômicas e organizacionais. Para eles o ensino e a pesquisa principalmente na administração estão preocupados a prescrever procedimentos e características próprios das organizações empresariais capitalistas e das burocracias dos órgãos públicos e nunca dedicou atenção necessária a milhares de organizações que estão crescendo em ação, entre estes entes principais; sindicatos, associações, fundações, clubes e partidos não mereciam tratamento ou atenção especial como um estudo específico que atendesse suas necessidades de gestão.

Na realidade brasileira, bem como a latino-americana, as organizações do terceiro setor se assemelham as norte-americanas: está atuando nas faixas difusas do setor público e privado, apesar exercerem funções que as aproximam como (saúde pública, educação, assistência social), ao mesmo tempo funções que deveriam em tese ser de responsabilidade dos agentes sociais e econômicos específicos (geração de emprego e renda; formação e desenvolvimento profissional). Diante das características econômicas e sociais do país, no decorrer de sua história, os papéis se mesclaram não sendo possível distinguir o público do privado. Não distinguindo também o comportamento cultural político e social do brasileiro, que possibilitem uma comparação com o comportamento próprio do associativismo americano. (FISHER, FALCONER. 1998).

Diante do difícil cenário que o país vem enfrentando, devido às crises econômicas e financeiras, o estado não é suficiente para facultar as políticas públicas sociais, bem como, a própria expansão do país, as organizações de terceiro setor se vêem como forte aliadas do estado através de parcerias voltadas para pleitear as ações sociais crescentes. (CARVALHO, 2000).

Mattos e Drummond (2004) declaram que a integração das entidades sem fins lucrativos na sociedade brasileira ascende ao final do século XX. Porém o processo de criação e estabelecimento das ONGs, hoje com presença tão marcante é novo. Provêm as

décadas de 1960 e 1970, caracterizadas pelas duras restrições político-partidárias, determinadas pela ditadura militar. Apesar de sua presença recente pode-se afirmar que as ONGs atingiram um papel importante, como incentivador dos movimentos e dos anseios sociais e políticas da população brasileira.

Abong citado por Júnior (2007) afirma que a definição é costumeiramente confundida como todas as organizações do terceiro setor, um espaço abrangente interligados pelo fato de reconhecerem como diferente do Estado e dos entes governamentais. Todavia, de acordo com informações do BNDES citadas por Júnior (2007) apesar das ONGs pertencerem ao chamado terceiro setor elas se distinguem deste, pelo fato do terceiro setor se caracterizar por uma característica ampla de atuação pública, não-estatal criado através de iniciativas privadas, voluntárias e sem fins lucrativos, aproximando estatística e conceitual, um grupo muito diversificado na qual se incluem: ONGs, fundações, instituições, associações comunitárias, entidades assistenciais e filantrópicas, bem como outras diversas instituições sem fins lucrativos.

Para Villa (1999) as ONGs distinguem-se pela sua atividade de representar os grupos sociais nacionais e internacionais, abrangendo de diversas formas estas atividades: na economia, política, religião, cultura na cidadania e ecologia. A criação e expansão das ONGs se devem a vários fatores como a apresentação de problemas crescentes de maneira a exigir participação de mais pessoas e recursos, de forma a regular o processo; o direcionamento e o esforço mútuo em programas sociais nas regiões de terceiro setor; a agilidade em mobilizar ações emergenciais, como exemplo, a guerra civil de Ruanda em 1994 onde milhares de refugiados foram acolhidos e atendidos rapidamente pelas ONGs humanitárias, em comparação com a ajuda alimentar dos fuzileiros americanos; e finalmente a força de processos transnacionais como os desequilíbrios ecológicos, que visam o aumento dos grupos transnacionais como o *Greenpeace*, que possui cerca de seis milhões de associados.

Fisher e Falconer (1998) o terceiro setor começa a se esboçar no país, como um conjunto organizacional diferenciado no topo do processo de redemocratização, que enraizou os grupos formais e informais, que estavam presentes em vários tipos de trabalhos que iam desde a mobilização civil para garantir direitos e reivindicações e estendia a estruturação de atendimento específico em diversas áreas a população.

Pode-se dizer que estes movimentos caracterizam-se em sua maioria pela sua luta contra resistência do governo totalitarista e as entidades que complementam ou substituí o papel do Estado, pelo esforço de estabelecer uma igualdade social consolidou o nascimento

do terceiro setor brasileiro, que já nasceu com características políticas que substituí o termo filantrópico do setor nos Estados Unidos.

Entretanto os financiadores desejavam ter sua imagem ligada a entidades não-governamentais, pois estas além de se esforçarem para combater o totalitarismo, também partilham da mesma fé democrática entre as organizações que recolhiam as contribuições e distribuía recursos que davam suporte à ação.

De acordo com Cunha (2003), as ONGs atuam como mediadoras entre o estado e a sociedade civil, muitas ONGs tem o objetivo de construir atividades para o controle social. Através da integração comunidade/público em que esta inserida, várias organizações buscam junto do ministério público e a outros espaços do poder público, buscar ações que visam pressionar o estado , quando este, nos atributos de suas funções desrespeita os direitos adquiridos constitucionalmente pela população. O ministério público tem a função de guardar a sociedade, vigiar pela ordem e pelo respeito dos poderes públicos dos direitos assegurados aos cidadãos através da constituição federal.

1.2 Tema

Análise das Dificuldades encontradas pelas ONGS para o Exercício dos direitos decorrentes da Isenção e/ou Imunidade.

1.3 Problema de pesquisa

Como os mecanismos de controladoria podem mitigar as dificuldades na articulação de informações e prestação de contas no sentido de trazer benefícios para uma Associação Civil sem fins lucrativos?

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo geral

O objetivo deste estudo é evidenciar como os mecanismos de controladoria podem servir de apoio e instrumento para a articulação das informações que auxiliem no processo de prestação de contas e viabilizem novos benefícios para a instituição.

1.4.2 Objetivos específicos

- ✓ Identificar os benefícios possíveis, não usufruídos pela instituição.
- ✓ Analisar os mecanismos de controle interno, capazes de influenciar na geração das informações econômico-financeiras.
- ✓ Evidenciar métodos e sistemáticas para sintetizar o processo de prestação de contas.
- ✓ Apontar os caminhos e procedimentos para o alcance efetivo dos benefícios ainda não usufruídos.

1.5 Justificativa

De acordo com Goldschmit (2003) as ONGs exercem um novo papel, são mais prestadoras de serviços para o Governo. O papel fundamental delas é testar novas tecnologias para o desenvolvimento social e pressionar o governo para tornar possível que boas práticas se transformem em políticas públicas, fomentadas pelo estado ou várias organizações diferentes, possibilitando investimentos superiores na área social.

O terceiro setor vem expandindo suas atividades de forma a consolidar suas bases, através de parcerias com órgãos públicos. Além disto, atual situação da economia brasileira tem levado o crescimento extenso destas organizações, pois contribuem com o bem estar social, aplacando a carga do governo em investimentos do bem estar social.

Portanto, este trabalho se justifica pela importância de conhecer as atividades e o desempenho das organizações do terceiro setor, uma vez que estas contribuem de forma direta com o estado nas áreas da saúde, educação, cultura, meio ambiente etc.. A importância de compreender quais os motivos leva o governo a burocratizar o processo de certificação e prestação de contas, já que estes são requisitos essenciais para que estas organizações possam utilizar o direito a imunidade ou isenção.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contribuições das ONG'S Para Melhoria do Bem Estar Social

De acordo com North citado por Marcos, Merlo e Nagano (2003) o papel desenvolvido pelas entidades sociais é de grande importância para a sociedade, pois estas mantêm a base para estrutura humana. Dentre as áreas que estão passando pela transformação encontra-se as funções rotineiras exercidas pelo estado. Nesta posição, viu-se o crescimento em números de organizações não governamentais (ONGS), exercendo função pública

De acordo com Oliveira e Haddad (2001, p. 70) :

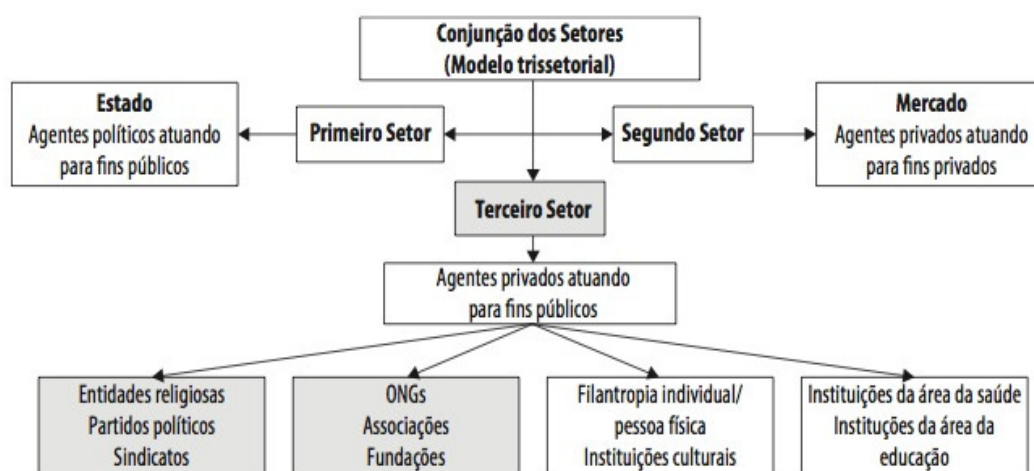
O Conselho Nacional da Assistência Social CNAS integra a estrutura do Ministério da Previdência Social e Assistência Social, e nele têm assento: sete representantes da administração pública federal (indicados pelos Ministérios da Previdência e Assistência Social, Trabalho, Saúde, Educação, Fazenda, Planejamento e Orçamento e pela Secretaria Nacional de Assistência Social/MPAS); um representante dos estados e um dos municípios; e dezesseis representantes da sociedade civil, representação distribuída entre (a) entidades e organizações de assistência social, (b) usuários ou organizações de usuários e (c) trabalhadores da área de assistência social, sendo três titulares e três suplentes por segmento.

Rosy (2006), afirma que no Brasil a partir de 1980 , as OSC diante do crescimento das ONGs, ingressaram através de grupos de grupos de interesse econômico auto-sustentável, principalmente em se tratando de alguns movimentos, como os de mulheres, indígenas, de consumidores, das minorias étnicas, dos pacifistas e de ecologistas. Tais movimentos, visam adotar uma estratégia de ação, que insere a mobilização social e divulgação por intermédio da mídia.

Tachizawa (2004) através de dados extraídos da gazeta Mercantil em maio de 2002, declara que as ONGs ou entidades que representam o terceiro setor circulam mais de U\$\$ 1 trilhão de investimentos no mundo, sendo que parte deste valor U\$\$10 bilhoes foram investimentos no Brasil, o que equivale a 1,5% do PIB. Os investimentos do México equivalem a 0,5% do seu PIB, a Argentina representa 0,3%, o Peru 2%, a Colômbia 2,1%, mas o investimento de maior expressão fica a cargo da Bélgica com 9,5% do seu PIB.

O autor ainda faz referência a ABONG (Associação Brasileira de organizações Não Governamentais) como sendo a organização que reúne maior número de entidades do país, demonstra que estas organizações atualmente tem como principal foco educar, formar e capacitar politicamente indivíduos, impreterivelmente em conjunto, movimento populares e sindicato.

Figura 1-Conjunção dos setores (modelo Trissetorial)



Fonte: slomski, Valmor e outros, 2012, p.4.

2.1.1 O Terceiro Setor e os problemas Sociais no Brasil

De acordo com Muraro e Lima (2003) uma das principais causas do aparecimento e certamente da extensão do terceiro setor no país são os muitos problemas sociais enfrentados no país. Os países da América do Sul já enfrentam esta situação há tempos e o Brasil, pela sua expansão e pela falta de empenho dos governantes neste aspecto, por ser talvez um problema administrativo e não territorial segue este rumo.

Outro ponto a ser destacado é a questão do preconceito, o autor cita pesquisa realizada pelo DIEESE (2002b), onde destacam que no ano de 1998 a taxa de desemprego entre homens negros e não negros atingiu a marca de 51,4% em São Paulo e 57,9% em Salvador.

2.1.2 As ONGs e o meio ambiente

De acordo com Aranha e Brandão, citados por Lima (1999) a junção entre a educação e o meio ambiente se deve a vários fatores associados. Em primeiro lugar destaca-se a

importância da educação como instrumento distinto de humanização, socialização e encaminhamento social. É evidente que como acontece com várias práticas sociais, ela esconde em si possibilidades únicas de oferecer a liberdade ou opressão, de mudar ou manter a ordem estabelecida socialmente. Nestes termos, apesar de não ser o único meio de conceder a mudança social, é um entre outros processos onde esta oportunidade se apresenta. A educação não é e nem deverá ser considerada como o agente que resolverá todos os problemas da sociedade, mas é um meio para conseguir a conscientização e a integração social. Esta conscientização possibilita uma abertura para incutir na sociedade a importância da mudança de postura e o interesse pela educação social e ambiental.

Vernier citado por Lima (1999) analisa a crise ambiental e seus impasses, e apresenta um leque de possibilidades capazes de trazer respostas que indiquem caminhos para solução da crise ambiental. Estes caminhos direcionam para; a reunião de normas e princípios legais, os incentivos econômico e fiscais, a mobilização da população, da opinião pública e associações civis; a educação para o ambiente; a contribuição para pesquisa científica; a iniciativa dos órgãos internacionais e a coordenação das políticas públicas favoráveis a qualidade e a defesa da vida.

O aspecto ambiental deve ser percebido em um todo, isto abrange as pessoas que por algum motivo pessoal se encontram deslocadas de seu ambiente natural, ou seja o seu lar e passam a viver nas ruas de várias cidades, um fato que muitos insistem em não notar, o que por sua vez causa um mal estar entre a sociedade que convive com esta situação diariamente. O fato é que alguns grupos de voluntários apoiados ou não por instituições não governamentais, trabalham para garantir o bem estar social destas pessoas contribuindo para a reincorporação na sociedade.

Junior, Nogueira, Lanferini et al. (1998), contribuem neste aspecto com algumas informações relevantes; Eles definem o estar na rua como uma estadia mais prolongada neste ambiente convivendo com outras pessoas que estão na mesma situação, a maioria destas pessoas que estão nesta situação se consideram trabalhadores desempregados e ainda mantêm o desejo de voltar para seus lares, apesar de ver seus familiares com menor frequência. Diante das muitas dificuldades encontradas para atender a necessidade das pessoas nesta situação, o CSEBF em conjunto com algumas organizações não governamentais que atuam na região de São Paulo, criaram o projeto “População de rua: necessidade de saúde e organização de serviços”, o objetivo deste projeto é identificar as necessidades de saúde da

população, bem como adquirir os meios para tratar destas necessidades através de diferentes serviços que atendem a esta população.

Conforme Tachizawa (2004) pode-se constatar a existência no mercado de organizações distintas entre si, que podem ser reunidas por classes ou grupos de categorias, diferenciando as organizações que ganham com a movimentação do seu ativo (setores comerciais competidores), inversamente das que ganham com os rendimentos (empresas de monopólio, oligopólio, cimento, siderurgia etc.) apenas para ilustrar dois elementos de análise. Pode-se definir diferentes tipos de setores que impõe visões diferentes em sua gestão de negócios, bem como a criação de táticas ambientais e sociais.

Tachizawa (2004) define alguns parâmetros de acordo com negócio, ênfase e a necessidade de projetos sociais que podem afetar muito ou pouco o meio ambiente, de forma a exigir das organizações uma atitude positiva em relação aos danos causados ao meio ambiente.

Quadro 1- Exigências de Projetos Sociais por Tipo de Negócio

Tipo de negócio	Ênfase	Exigência/necessidade de projetos sociais
Supermercado	giro de estoques	baixa
Recursos energéticos	investimentos de longo prazo	altíssima
Aeroportos	logística	alta
Comércio varejista	disponibilidade de produtos	baixa
Comunicações e correios	automação	moderada
Veículos automotores	produção em escala	alta
Aeronáutica	confiabilidade	altíssima
Satélites	complexidade	altíssima
Seguradoras	serviços	baixa
Química	integração	altíssima
Engenharia	acervo técnico e know-how	baixa
Publicidade e propaganda	talentos humanos	baixa
Papel e celulose	economia de escala	altíssima

Fonte: Tachizawa, Takeshy, 2004, p. 73

2.1.3 As ONGS e o Ensino

De acordo com fernandes citado por Oliveira e Haddad (2001), o enfoque nas ONGS brasileiras como ramo especial da OSC (organização da sociedade civil), distingue por seu

elo antigo com a educação, sendo está a razão do seu nascimento. Em meados dos anos 60 e 70, um agregado de pequenas organizações, formadas por um grupo de pessoas oriundas principalmente dos setores das igrejas, partidos políticos e das universidades, organizadas em entidades, associações civis sem fins Lucrativos, para devotar ao trabalho junto com a população mais carente.

Segundo os autores as recentes organizações tinham como meta principal a reconstrução da sociedade que se havia desfeito com a ditadura, a defesa dos direitos humanos e a educação para população. O que se pretendia com estes investimentos na educação, era que a população carente tivesse uma visão mais ampla e crítica sobre sua condição de vida.

Gohn, Citado por Rossy (2006) as Organizações Sociais e as Organizações da Sociedade Civil, viram a Necessidade de qualificação para firmar sua participação na sociedade, com ações estratégicas, com a tenção voltada para Construção de práticas sociais mais propositivas do que reivindicativas, estabelecendo um caminho, onde exercem ao mesmo tempo o papel de promotor e agente das ações por elas desenvolvidas.

Ferrarezi (2004) destaca que no mês de Janeiro de 1997, foi criado o programa Alfabetização solidária, sendo destinado aos municípios com maiores índices de analfabetismo, tendo como base base as informações fornecidas pelo IBGE. A prioridade são os jovens de 12 a 18 anos, incluindo adultos que tenham o interesse em participar, o programa destaca municípios, mobiliza e articula parcerias para concretiza-lo.

Uma das definições do Alfabetização Solidária é a parceria com vários atores. O programa funciona com o compartilhamento do orçamento, alienado com empresas de maneira concisa e clara e com prestação de contas periódicas deos empreendimentos realizados.

2.1.4 As ONGS e a Saúde

De acordo com Ramos (2004) em 1986, foi criado a Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (Abia), intervindo fortemente as ações anti- Aids:

- 1) Pela sua inserção definitiva ao Universo das ONGS
- 2) Por seus movimentos com as políticas internacionais de Aids e o acesso aos financiamentos de agências internacionais de colaboração.

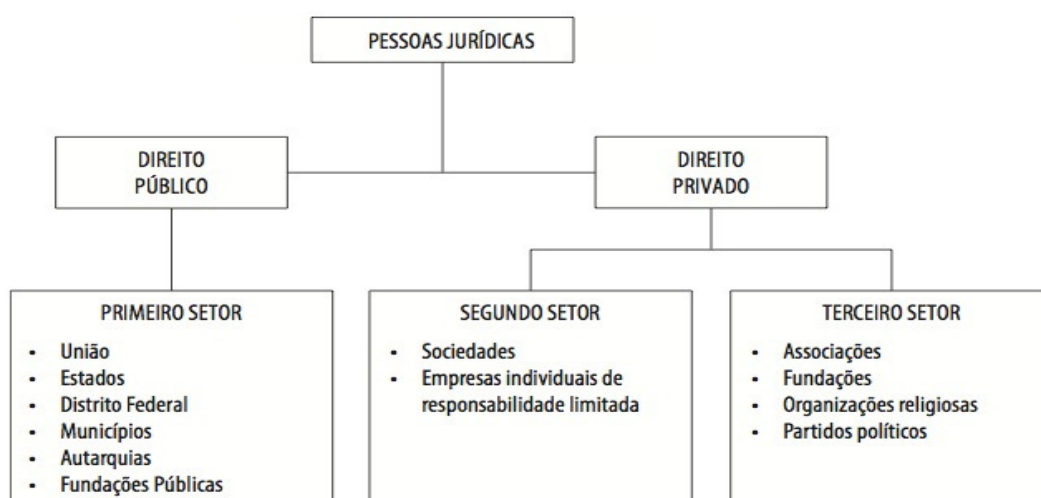
- 3) Pelo seu entendimento político no trabalho de cobrança e observação das ações governamentais de precaução e de tratamento
- 4) Pela decisão de exercer atividade de mídia
- 5) Com a intenção de entender melhor o conhecimento sobre a epidemia e desenvolver projetos de prevenção em segmentos específicos.

Amed Ali & Domingos e Carneiro JR., citados por Junior, Nogueira, Lanferini et al. (1998), a saúde da população de rua enfrenta diversas dificuldades como; falta de instalações para administração de medicamentos controlados; ambiente adequado para higiene corporal; difícil acesso aos recursos terapêuticos e falta de experiência dos profissionais da saúde ao lidar com este tipo de população. Estes acontecimentos sugerem uma ineficácia dos serviços de saúde que aguardam resposta técnicas, gerenciais e de políticas setoriais, acima de tudo de espécie intersetorial.

2.2 Exigências legais para Manutenção dos Benefícios fiscais das ONGS

Slomski e outros (2012) através do código civil brasileiro(2002,2003), definem as diversas partes do terceiro setor, quando no momento da sua constituição definem as seguintes formas jurídicas: associações, fundações, organizações religiosas ou partidos políticos, como a figura a seguir;

Figura 2- Classificação das Pessoas Jurídicas de acordo com o Código Civil



Fonte: slomski, Valmor e outros, 2012,p.7.

De acordo com Ferrarezi (2001) a constituição brasileira é a favor da constituição de organizações sem fins lucrativos, associação ou fundação, sem a necessidade de autorização, entretanto na década de 30 foram criadas leis com a finalidade de regular as subvenções, isenções e concessão de títulos e registros, que foram se acumulando tornando a legislação para este setor complexa. O termo “reconhecimento institucional” ou “qualificação” se dá por meio de concessão de registros e títulos que criam um diferencial para identificar as associações (consideradas utilidade pública ou filantrópicas), fornecendo uma regulação especial do estado em relação as insenções, imunidades, taxas e impostos e realização de projetos. Em consulta a usuarios, houve relatos que a maior dificuldade encontrada para ter acesso a este reconhecimento é o excesso de burocracia.

Ainda de acordo com Ferrarezi (2001) o objetivo principal registro de assistência social era delimitar as subvenções sociais. Até nos dias de hoje, há existência de ambos e o registro continua sendo exigido pela LDO (lei de diretrizes Orçamentárias) para o fornecimento de subvenção a entidades que, atendem diretamente a população nas áreas de assistência social, saúde ou educação desde que estejam cadastradas no CNAS.

2.2.1 Classificação das pessoas Jurídicas do terceiro setor

Como pode-se perceber o terceiro setor abrange várias áreas e em detrimento disto, formou-se organizações com interesses em diversas atividades, dentre estas pode-se citar as Associações, Fundações as organizações religiosas e os partidos políticos. É importante saber discernir qual a finalidade de cada organização, para entender a maneira como elas agem e o que esperam alcançar, segue a definição de associação e fundação conforme o código Civil brasileiro.

Associação: Olak, Brasil e Szazi citados por Valmor (2012) definem a associação como uma reunião de pessoas com o mesmo ideal, que lutam para o bem comum e não almejam alcançar nenhum benefício ou lucro.

Esta definição está de acordo com o código Civil brasileiro que estabelece associação como o conjunto de pessoas reunidas com mesmo propósito sem fins econômicos.

Quanto à fundação Szazi citado por Valmor (2012) a define como uma instituição com recursos próprios e denominada pessoa jurídica que tem a finalidade de servir a sociedade suprindo determinadas carências sem interesses econômicos

O código civil brasileiro em seu artigo 62 determina que para constituição de fundação faz-se necessário que o criador da instituição faça-a por escritura pública ou testamento, determinando como será o funcionamento da fundação e quais serão seus objetivos e suas finalidades.

Ainda de acordo com Valmor (2012), após a formalização da entidade do terceiro setor, ou seja, ao estabelecer o estatuto à entidade que assim desejar poderá pleitear certificados e títulos e qualificações como reconhecimento governamental em todos os âmbitos. No âmbito federal os títulos que podem ser requeridos são: utilidade Pública federal (UPF), Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), qualificação como Organização Social (OS) e Qualificação como organização da Sociedade Civil de interesse Público (OSCIP).

O título de UPF possibilita a entidade a desfrutar de vários benefícios dentre eles as deduções fiscais, desde que suas atividades sejam voltadas para educação ou atividades científicas, culturais, artísticas ou filantrópicas.

A certificação no CEBAS possibilita a isenção da parte patronal da contribuição para o INSS, para isto Os registros contábeis deverão estar em dia.

O Título de OS deverão desenvolver atividade nas áreas de desenvolvimento tecnológico, ensino, cultural, meio ambiente e saúde. Elas possuem um diferencial quanto aos benefícios, pois estas poderão absorver de atividades não exclusivas do estado, que são desenvolvidas atualmente pelo ente público, que aos poucos serão eliminados; receberão recursos do estado e poderão gerenciar instalações, equipamentos e prédios de entidades estatais que já foram eliminadas, como também seus servidores; para que estes recursos estejam disponíveis é necessário manter um contrato com o Poder Público.

Já as OSCIP poderão remunerar seus dirigentes, desde que caso faça esta opção deixe constar no estatuto, também desfruta das deduções fiscais, porém é obrigada a publicar suas demonstrações contábeis e prestar contas para o ministério da Justiça e prestação de Contas ao parceiro público nos termos de parceria. As atividades a serem desenvolvidas são de desenvolvimento tecnológico, ensino, cultural, meio ambiente e saúde.

2.2.2 Base legal da Imunidade

De acordo com Barbosa (2004) a imunidade sobre impostos incidentes sobre o patrimônio, a renda ou serviços é um auxílio adquirido pela constituição brasileira as instituições de educação e de assistência social sem fins Lucrativos desde que atentem para o

disposto no código 14 do CTN (código Tributário Nacional), como se segue: não-distribuição de lucros, aplicação da renda no país, manutenção da escrituração fiscal em ordem e atualizada.

Todavia, a instituição de educação ou assistência social não necessita possuir títulos, para aproveitar da imunidade a impostos, apenas deve cumprir os requisitos estabelecidos no artigo 14 do Código Tributário Nacional.

Segue um quadro funcional com os impostos que as empresas alcançadas pela imunidade poderão usufruir.

Quadro 2- Imunidade a Impostos: Aspectos Gerais

Imunidade	Abrange impostos sobre o patrimônio, a renda e os serviços relacionados às finalidades essenciais das entidades.
Fundamento legal	CF art. 150, VI, c; CTN, art. 14
Impostos abrangidos	Sobre o patrimônio: IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados; II – Imposto de Importação; IPTU – Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana; ITR – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural; ITCO – Imposto sobre a Transmissão de Bens “causa mortis” e Doação; ITBI – Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis; IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores. Sobre a renda: IR – Imposto de Renda Sobre os serviços: ICMS incidente sobre serviços de transporte e comunicação; ISS – Imposto sobre Serviços.
Aplicações	Não-incidência de impostos nos âmbitos federal, estadual e municipal

Fonte: Barbosa, Maria Nazaré Lins, 2004, p. 37.

Ainda de acordo com Barbosa (2004), na nossa legislação existe os seguintes incentivos fiscais destinados as áreas cultural e social; doações fitas ao fundo da criança e do adolescente; doações a operações de caráter social e artístico; doações direcionadas a atividade audiovisual; doações a entidades cívicas que prestem serviços de forma gratuita (de utilidade Publica e Oscip); doações a instituições de ensino e pesquisa. A subvenção de dedução de doações realizadas por pessoas jurídicas a entes de utilidade pública Federal e OSCIP demanda os seguintes requisitos:

O benefício de dedutibilidade de doações feitas por pessoas jurídicas a entidades de utilidade pública federal e OSCIP exige os seguintes requisitos: a entidade civil beneficiária deverá ser reconhecida de utilidade pública por ato formal de órgão competente da União (exceto quando se tratar de entidade que preste exclusivamente serviços gratuitos em benefício de empregados da pessoa jurídica doadora), ou ser qualificada como OSCIP. As doações, quando em dinheiro, serão feitas mediante crédito em conta-corrente bancária, diretamente em nome da entidade beneficiária. A pessoa jurídica doadora deverá manter em arquivo, à disposição da fiscalização, declaração, segundo modelo aprovado pela Secretaria da Receita Federal, fornecida pela entidade beneficiária, em que esta se compromete a aplicar integralmente os recursos recebidos na realização de seus objetivos sociais, com identificação da pessoa física responsável pelo seu cumprimento, e a não distribuir lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto; O benefício é a dedução do Imposto de Renda das pessoas jurídicas até o limite de 2% do lucro operacional, antes de computada a sua dedução. (BARBOSA, 2004, p.40).

De acordo com Silva e Velho (2011), além dos impostos já citados é importante lembrar que sobre o Inss a cota patronal, também poderá ser beneficiada pela isenção.

2.2.3 O Papel do Ministério Público Como Órgão de Controle das ONGS

Resende (2006), relata que através de pesquisas realizadas em Minas Gerais, ficou comprovado que as organizações sem fins lucrativos avaliadas, se relacionam desta forma com a Prestação de contas de suas atividades e recursos: cerca de 4% não prestam contas de seus recursos e atividades, 60% delas se reportam aos seus órgãos internos, 48,8% reportam a seus associados e mantenedores, 39% delas prestam contas a órgãos do governo, 26,2% a doadores de recursos, 19,4% prestam contas a comunidade. Os demais prestam contas aos patrocinadores, parceiros(18,3%), ao CNAS – CEAS (18,2%), Ministério Público (13,2%), beneficiários (12,9%), Ministério da justiça (12,6%), tribunal de contas (4,6%).

Em relação as fundações o autor afirma que, devido a suas particularidades, não importando suas atividades, o legislador ordinário desde 1916, resolveu as submeter a uma vigilância constante pelo Ministério Público, além de financiar e proteger. Esta vigilância no

ato de sua constituição, até mesmo antes da fundação existir na forma jurídica, durante a existência da entidade (analisando prestações de contas anuais, analisando possíveis irregularidades, permitindo modificações estatutárias; concordando com alienações de bens e etc.). E após a extinção da fundação como pessoa jurídica(apontando outra fundação para continuar com os objetivos do instituidor, apropriando do patrimônio que a constitui.

Machado citado por Resende (2006), ensina que só se realiza um controle administrativo de maneira efetiva se a lei disponibilizar ao órgão fiscalizador, em conjunto, a “panacéia” processual adequada à realização judicial de suas pretensões.

O autor ainda reafirma o poder fiscalizador do Ministério Público através do Decreto - lei n. 41 de 18 de novembro de 1966:

Dispõe sobre a dissolução de sociedades civis de fins assistenciais¹³ O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 31, parágrafo único, do Ato Institucional n. 2, de 27 de outubro de 1965, Decreta: Art. 1º Toda sociedade civil de fins assistenciais que receba auxílio ou subvenção do Poder Público ou que se mantenha, no todo ou em parte, com contribuições periódicas de populares, fica sujeita à dissolução nos casos e forma previstos neste decreto-lei. Art. 2º A sociedade será dissolvida se: I – deixar de desempenhar efetivamente as atividades assistenciais a que se destina; II – aplicar as importâncias representadas pelos auxílios, subvenções ou contribuições populares em fins diversos dos previstos nos seus atos constitutivos ou nos estatutos sociais; III – ficar sem efetiva administração, por abandono ou omissão continuada dos seus órgãos diretores. Art. 3º Verificada a ocorrência de alguma das hipóteses do artigo anterior, o Ministério Público, de ofício ou por provocação de qualquer interessado, requererá ao juízo competente a dissolução da sociedade. Parágrafo único. O processo de dissolução e da liquidação reger-se-á pelos arts. 655 e seguintes do Código de Processo Civil. 14 Art. 4º A sanção prevista neste decreto-lei não exclui a aplicação de quaisquer outras, porventura cabíveis, contra os responsáveis pelas irregularidades ocorridas.

Art. 5º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Brasília, 18 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República H. (RESENDE, 2006, p. 129)

No que diz respeito as atribuições do Ministério público Storch (2004) relata que com o inquérito civil, o Ministério público possui um instrumento de investigação excepcional, que possibilita os promotores e procuradores coletar dados técnicos a instrução de ação civil pública, o que lhes concede uma larga vantagem sobre as ONGs, no que diz respeito a deficiência técnica para fundamentar seus questionamentos sobre a conduta dos agentes públicos.

2.2.4 Requisitos de Associação de acordo com o código Civil Brasileiro

Conforme descrito no Código Civil Brasileiro, constituem-se associações a junção de pessoas que se organizam com finalidade não econômica. Inexistindo entre os associados, obrigações e direitos mútuos. De acordo com o artigo 54 o estatuto das associações deverá conter:

- I - a denominação, os fins e a sede da associação;
- II - os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados;
- III - os direitos e deveres dos associados;
- IV - as fontes de recursos para sua manutenção;
- V - o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos;
- V - o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos; (Redação dada pela Lei nº 11.127, de 2005)
- VI - as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução.
- VII - a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas. (Incluído pela Lei nº 11.127, de 2005).

De acordo com o artigo 55 os associados deverão ter direitos iguais, porém no estatuto poderá constar categorias com vantagens especiais

2.3 Pesquisas Anteriores

2.3.1 Estado Mercado e Terceiro Setor: Uma análise conceitual das parcerias intersetoriais

Fisher (2005), em sua pesquisa tem como objetivo de produzir conhecimento estruturado, buscando entender suas características no ambiente, que envolve as organizações os impactos e as tendências geradas pela atuação dessas parcerias. As questões que conduziram este trabalho foram:

- Como e por que vêm se intensificando as práticas empresariais de atuação social? Como essas iniciativas são vistas pelas organizações da sociedade civil?
- Quais são as características das alianças e parcerias estabelecidas entre organizações dos três setores (Estado, Mercado e Organizações da Sociedade Civil) para implementar projetos sociais? Como são administradas essas alianças? Quais os benefícios que trazem para cada parceiro?
- Quais são os resultados efetivos dessas iniciativas sobre os indicadores de pobreza e exclusão social? Elas contribuem para o fortalecimento das organizações da sociedade civil?(FISHER, 2005, p. 06)

A metodologia utilizada neste artigo foi desenvolvida em várias etapas: primeiro a autora utilizou-se de estudo teórico, para fundamentar o referencial conceitual a respeito do tema, sobre alianças intersetoriais, em seguida realizou-se um Survey, onde foi possível

mapear as práticas de atuação sociais utilizadas no Brasil, apontando situações onde tais ações são praticadas por intermédio de parcerias das empresas com outras organizações, estabelecendo a aliança intersetoriais. Após estes procedimentos foram feitos levantamentos e análise de dados qualitativos, também foram elaborados estudos de casos, com enfoque no tema de cooperação organizacional para viabilizar projetos e empreendimentos sociais.

Os resultados desta pesquisa demonstraram que embora se considere complexo de estabelecer e gerenciar alianças intersetoriais, estas são vistas como um caminho bem sucedido para a atuação social, das empresas como também dos indivíduos e organizações como um todo. Foram identificadas dificuldades de gerenciar as alianças dos quais foram destacados:

- Há desequilíbrio de poder entre as organizações aliadas, seja porque a empresa detém recursos financeiros e competência gerencial, seja porque as organizações de Terceiro Setor detêm exclusividade de know-how e de acesso às populações atendidas.
- As alianças com órgãos da Administração Pública são rechaçadas, principalmente pelas empresas privadas, devido aos impedimentos burocráticos, à morosidade decisória e à falta de continuidade administrativa que caracterizam o Primeiro Setor.
- A falta de planejamento, do conhecimento mútuo das expectativas e a indefinição prévia dos resultados esperados contribuem para que as alianças fracassem ou se transformem em uma parceria ineficaz, que é mantida por força de interesses institucionais.
- A perspectiva de compatibilidade das culturas organizacionais diversas e a carência de tecnologias de gestão adequadas a essas formas inovadoras de organização constituem grandes desafios ao seu desenvolvimento.
- Dentre as necessidades prioritárias para aperfeiçoar o funcionamento das alianças estratégicas intersetoriais, destacam-se os sistemas e indicadores de avaliação e monitoramento. Sua inexistência dificulta o planejamento e a formação das alianças, principalmente no que concerne ao alinhamento das expectativas dos parceiros, à aferição dos resultados das ações empreendidas e à avaliação dos impactos sociais advindos da atuação da aliança. (FISHER, 2005, p. 15,16)

2.3.2 Um Estudo sobre a Controladoria em Organizações do Terceiro Setor na Região Metropolitana de Campinas

A pesquisa desenvolvida por Morgan e Benedicto(2009), tem o objetivo de estudar o conhecimento e a aplicação de alguns instrumentos de controladoria, alinhados ao processo de

Gestão no qual destaca-se: planejamento, execução e controle das organizações de terceiro setor.

A metodologia utilizada nesta pesquisa deu-se por meio de pesquisa através de questionário respondido por vinte empresas da região metropolitana de Campinas.

Dentre os resultados obtidos, pode-se observar que a maioria das organizações pesquisadas, caracterizam-se como contabilidade financeira, planejamento orçamentário, controles internos e controles orçamentários. Percebeu-se também que 65% das organizações utilizam o planejamento interno e 60% elaboram o orçamento, acompanham o desenvolvimento e quando necessário tomam medidas corretivas.

A pesquisa identificou que as principais dificuldades enfrentadas foram a implementação de alguns instrumentos de controladoria, dentre estes estão: funcionários capacitados, recursos financeiros e sistemas informatizados

2.3.3 Discutindo o terceiro Setor Sob o Enfoque de Concepções Tradicionais e Inovadoras de Administração.

A pesquisa desenvolvida por Teixeira (2003) tem como objetivo apresentar algumas peculiaridades deste tipo de organização, de maneira a facilitar a compreensão de suas formas de atuação. Para que seja possível será apresentada questões relacionadas a sua origem e crescimento, dificuldades enfrentadas na busca de uma definição que se aplique, bem como a caracterização de alguns problemas enfrentados pelo terceiro setor.

A metodologia utilizada foi uma pequena discussão, sobre a eficácia da utilização de metodologias de gestão advindas de uma percepção tradicional de administração em instituições do setor social.

Através da pesquisa observou-se que os argumentos e valores incutidos neste novo conceito de administração, no primeiro momento demonstram ser mais indicados para lidar com os desafios enfrentados hoje por tais organizações. Ao menos os Problemas são semelhantes, atestar um envolvimento mais abrangente das pessoas no dia-a-dia das organizações, de maneira a possibilitar maior flexibilidade e criatividade, o que vai acarretar melhor qualidade nos produtos e serviços Prestados.

No tange as organizações sociais Teixeira (2003) declara que não se deve confundir colaboração e envolvimento com um padrão de informalidade resistente. A definição dos papéis, a agregação de funções as normas a serem seguidas em se tratando de estratégia, são aspectos essenciais para garantir a longevidade e o sucesso das organizações.

Além disto segundo o autor, não se pode esquecer que as instituições sociais, como qualquer outra organização, possui deveres burocráticos a serem seguidos. Obrigações como: registro das ocorrências, os balanços e demonstrativos devem ser cumpridos e controladas no prazo impreterivelmente, pelo fato de grande parte dos recursos angariados, provém de doações ou parcerias com instituições públicas.

2.3.4 ONGs, vulnerabilidade juvenil e reconhecimento cultural: eficácia simbólica e dilemas

Malvasi (2008) através de sua pesquisa tem como objetivo inicial de debater conceitos e práticas pela busca Cultural e o enfrentamento da vulnerabilidade entre jovens, posteriormente ampliar a pesquisa para ONGS que trabalham com estes jovens, através de atividades artísticas e culturais, em seguida apresenta um estudo de caso relatando a experiência de uma delas, evidenciando o enfrentamento das ONGS diante da vulnerabilidade Juvenil.

De acordo com Malvasi (2008) na última década foi possível ver o crescimento e as variedades de programas alternativos com foco em cidadania e educação, fornecidos por organizações não governamentais de portes diferentes exclusivas aos jovens .

A metodologia utilizada no estudo de caso foi o método antropológico conhecido como etnografia, a observação foi o fator principal neste caso.

Malvasi (2008) percebeu que a A proposta para ONG pesquisada de acordo com seu presidente foi desafiar o problema da juventude em posição de vulnerabilidade com o poder transformador da música.

Através deste estudo foi possível perceber a participação e empenho das ONGS no desenvolvimento cultural juvenil, estimulando a inteligência de uma parcela de jovens que por muitas vezes foram esquecidas ou estigmatizada. Foram feitos diversos arranjos para melhoramento da ONG uma delas foi profissionalizar e contratar jovens integrantes da ONGS, pois esta também necessitava de mão-de-obra. Tornando-se então uma quest/ao estratégica

2.3.5 Caracterização do modelo organizacional de duas instituições do Terceiro Setor utilizando a Teoria de Mintzberg

Paula e outros (2008) através de sua pesquisa pretendem identificar as características da estrutura organizacional de duas Instituições de terceiro setor, para tanto utilizam a teoria de Mintzberg. A pesquisa desenvolve-se com o estudo de dois casos, através de entrevista construída para o levantamento de dados. As instituições entrevistadas foram Associação Casa Guadalupe e Associação de Apoio ao Menor Aprendiz de Itajubá. Estas instituições atuam nas áreas de assistência social de crianças e adolescentes.

Paula e outros (2008) atestaram que o ponto principal de ambas é a ideologia e que o principal recurso de sistematização é a doutrinação e as normas.

Os autores concluirão que estas instituições pertencem ao modelo missionário e que a teoria de Mintzberg poderá ajudar na análise de estruturas organizacionais.

Mintzberg citado por Paula et al.(2008) afirma existir seis tipos de configurações organizacionais:

- Organização Empreendedora destaca-se por não possuir estrutura administrativa. Seu corpo constitucional é formado por poucos membros da cúpula, dentre os quais um é o líder. É uma organização pouco padronizada, porém muito flexível na tomada de decisão. O mecanismo de controle predominante é a supervisão direta.
- Burocracia Mecanizada provém da revolução industrial, onde existe uma evidência do trabalho altamente padronizado. A tecnoestrutura é o ponto forte da organização. A característica desta empresa é a produção em massa.
- Burocracia Profissional refere-se à padronização de habilidades e não de processos, o elemento principal é a essência operacional. A organização necessita de profissionais capacitados e que tenham controle sobre o seu trabalho.
- Organização Diversificada trata-se de divisões, uma vez que a empresa trabalha com uma linha diversificada de produtos. O forte desta empresa é a divisão de áreas como escritório, produção e o acompanhamento das atividades ficam sobre encargo de cada unidade.
- Organização Inovadora foca principalmente na inovação, estas empresas necessitam inovar de maneira complexa, para o desenvolvimento de um grande projeto ela necessita dos serviços altamente especializados e treinados para desenvolverem atividades complexas em conjunto.
- Organização Missionária trata de sua ideologia, e o ponto principal de coordenação está na doutrinação de seus trabalhadores, a tomada de decisão é dividida entre todos do grupo. O agrupamento está firmado nas ideologias da organização. (PAULA et al., 2008,p. 50,51).

A metodologia utilizada por Paula e outros (2008) classifica-se como exploratória, concebida como estudo de caso. Ao fim da pesquisa os autores puderam ampliar sua visão nas

organizações de terceiro setor de modo a ligar as formas de organização das instituições de estudadas. Desta forma percebe-se que o estilo das organizações estudadas pode variar de acordo com a natureza das atividades desenvolvidas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Classificação da Pesquisa

3.1.1 Quanto aos Objetivos

A presente pesquisa quanto aos seus objetivos caracteriza-se como qualitativa, pois o objetivo principal é a coleta de dados. Para Gibbs (2009) a pesquisa qualitativa defini-se por abordar o mundo *lá fora* entender os acontecimentos, descreve-los e por vezes explicar os fenômenos sociais *de dentro* de várias maneiras diferentes:

- Análises individuais ou em grupos, proporciona uma visão ampla dos acontecimentos do cotidiano, estes podem estar ligados a histórias biográficas ou práticas (cotidianas ou profissionais) podem ser analisadas através dos relatos, conhecimento e histórias do dia a dia
- Através do exame de interações e comunicações que estejam se desenvolvendo. Isto pode ser baseado através da observação e no registro da prática da interação e comunicação, bem como a análise dos matérias disponíveis.
- Investigações documentais (textos, imagens, filmes ou música) ou através de semelhanças de experiências e interações. (GIBBS, 2009, p. 09)

Marziale e Rodrigues (2002) também exploram este ponto de vista sobre a pesquisa descritiva, afirmam que este tipo de pesquisa é baseada em fenômenos relativos a profissão e estes por sua vez são baseados na descrição, observação e classificação dos fenômenos observados.

Em concordância com esta afirmação Selltiz, Cook e Wrightman citados por Cardoso, Neto, Riccio et al., afirmam que na pesquisa descritiva estuda-se o fenômeno sem modifica-lo, com o propósito de entender o objeto de interesse em um determinado espaço de tempo.

3.1.2 Quanto aos Procedimentos

Este trabalho caracteriza-se como estudo de caso, onde de acordo Goode e Hatt citados por Ventura o estudo de caso é uma maneira de reunir os dados de forma organizada, preservando do objetivo estudado sua natureza unitário.

Para Yin citado por Ventura estudo de caso também poderá ser considerado como investigação empírica que compreende um método abrangente, onde seu objetivo é a coleta e análise dos dados. Neste caso pode incluir o estudo de caso único ou múltiplos, e a abordagem de pesquisa poderá ser tanto quantitativa quanto qualitativa .

Na concepção de Miguel (2005) o estudo de caso classifica-se como uma espécie de histórico de fenômenos, retirado de várias fontes de evidência , onde todo fato relevante que descreve o fenômeno deve ser considerado potencialmente relevante para análise.

Michel (2009) considera que na pesquisa qualitativa existe uma dinâmica, própria contextual e temporal que une o pesquisador e o objeto de estudo. Desta maneira necessita de interpretação dos fenômenos baseado no contexto dos fatos.

3.1.3 Quanto à abordagem do Problema

Esta pesquisa classifica-se como qualitativa, pois a maneira como o pesquisador analisa seus dados se dá de forma indutiva. A relação entre os fatos verídicos e a subjetividade do sujeito não se expressa em formas numéricas e está não exige a utilização de planilhas ou dados estatísticos (Prondanov, freitas 2013).

Nesta pesquisa a análise se dará através dos documentos fornecidos pela organização, bem como informações coletadas dos órgãos públicos relacionados, onde será verificada a veracidade das informações prestadas, bem como as exigências previstas em lei.

3.2 Estratégia e coleta de Dados

Considerando está pesquisa qualitativa, o ponto de partida será o estudo de caso do Instituto Beta reconhecido como Utilidade Pública Federal, onde os dados a serem analisados serão extraídos da demonstração do Resultado do Exercício, balanço patrimonial, estatuto.

3.2.1 Análise de Conteúdo

Michel (2009) descreve análise de conteúdo como prática de levantamento de dados que utilizam falas, textos, informações coletadas anteriormente , de maneira abrangente.

A análise desta pesquisa será desenvolvida com base no levantamento dos dados ou informações que são de total relevância para prestação de contas junto ao ministério público Federal dentre outros órgãos certificadores, pois por intermédio delas é que a entidade poderá adquirir o título de ou Utilidade Pública Federal ou Assistente Social e a partir então, dar continuidade ao processo para usufruir dos benefícios a elas direcionadas.

Sobre o universo e amostra de Pesquisa Marconi e Levins citados por Paula (2004), definem como um determinado grupo ou números de pessoas que tenham ao menos um objetivo ou característica em comum. Diante disto o universo desta pesquisa é formado pelos advogados e presidente e funcionários do Instituto Beta que possui filiais em todos os estados no Brasil.

A amostra será constituída com apenas 05 Usuarios internos devido estes serem os usuários diretos da informação para prestação de contas e estarem interessados diretamente ao resultados que se podem alcançar, baseado nas informações concedidas por estes através de pesquisa Estruturada que teve como objetivo, elencar o benefícios fiscais já usufruidos pela Instituição e os benefícios pretendidos por ela, bem como as dificuldades enfrentada devido a falta de controle interno e burocracia nos processos de certificação.

Houve limitações de estudo, pois não foi possível abranger todas as filiais do Instituto Beta, trabalhou-se apenas com Belo Horizonte onde é estabelecida a Matriz. O Instituto também solicitou que não fosse identificado, deste modo não foi possível apresentar suas demonstrações contábeis.

4 ANÁLISE DE DADOS

4.1 Caracterização da Organização

De acordo com informações obtidas através de meio eletrônico o Instituto Beta nasceu em Belo Horizonte (MG) no dia 25 de outubro de 1997, durante o I Congresso Brasileiro de Direito de Família.

O Instituto é uma entidade técnico-científica sem fins lucrativos reconhecida pelo Ministério da Justiça como de Utilidade Pública Federal que tem como principal objetivo desenvolver e divulgar o conhecimento sobre o Direito das Famílias, além de atuar como força representativa nas questões pertinentes às famílias brasileiras.

Desde a sua fundação, o Instituto Beta vem trabalhando para adequar o atendimento às diversidades e especificidades das demandas sociais que recorrem à Justiça.

Atualmente o Instituto Beta conta com um número expressivo de associados e reúne entre seus membros advogados, assistentes sociais, defensores públicos, desembargadores, estudantes, promotores e procuradores de Justiça, juízes, psicanalistas e psicólogos. Operadores do Direito do Brasil e do Exterior.

As finalidades principais desenvolvidas para a sociedade pelo Instituto Beta são relacionadas a Defesa de direitos de grupos e minorias e entre suas atividades principais destacam-se;

- Amparo a crianças e adolescentes
- Amparo a maternidade
- Defesa dos direitos civis

O Instituto tem a sua representação consolidada por meio das diretorias estaduais em todos os estados brasileiros, sua sede nacional está localizada em Belo Horizonte (MG). Na esfera política, o Instituto acompanha as ocorrências da sociedade brasileira na área de Direito de Família, buscando contribuir para atendê-las com estudos, considerações e alterações na legislação.

Nos tempos o Instituto tem sido reconhecido *amicus curiae* (amigos da corte) em consideráveis causas do Direito de Família no Supremo Tribunal Federal (STF), o Instituto Beta possui forte atuação, dentre as atuações do Instituto Beta no Supremo destacam-se: a

União Estável Homoafetiva ADI 4277/ADPF 132 (2011), Lei Maria da Penha ADC 19 (2012) e alteração do nome de transexuais ADI 4275 que ainda deve ser julgada. No julgamento da União Estável Homoafetiva, o INSTITUTO BETA, representado pela vice-presidente Maria Berenice Dias, unida com outras entidades com objetivo comum, contribuiu decisivamente para o reconhecimento de todas as formas existentes de família.

Em outra fase de intervenção política, a entidade sugeriu a Emenda Constitucional (PEC 33/2007) que alterava as condições para a decretação do divórcio. Em 2010, a PEC foi aprovada no Congresso Nacional como Emenda Constitucional 66/2010 que impôs o fim da separação de fato/judicial como condição para obtenção do divórcio. Também eliminou prazos desnecessários e extinguiu a discussão da culpa pelo fim da conjugalidade.

Em sua atuação na área técnico-acadêmica, o Instituto atualiza os profissionais do Direito de Família por meio de publicações (Revista INSTITUTO BETA - Família e Sucessões, Revista informativa INSTITUTO BETA (impresso), (boletim eletrônico), Portal, e ainda por intermédio de centenas de congressos e seminários regulares realizados em todas as regiões). A motivação de profissionais do Direito de Família, bem como juristas associados à entidade, seja em palestras ministradas em eventos, publicação de artigos e livros ou divulgação de informações por meio da imprensa, colabora para as reflexões e o amadurecimento das relações de família em nosso País.

4.2 Diagnóstico do Problema

Para vislumbrar as dificuldades que alcançam o Instituto Beta, foi realizada uma entrevista estruturada utilizando uma amostra com 05 entrevistados. A quantidade relativamente pequena dá amostra se justifica pelo fato de que foram entrevistados somente a parte interessada no que diz respeito a prestação de contas e os benefícios fiscais que o Instituto já usufrui e virá a usufruir.

Dos 05 entrevistados apenas 02 conhecem de fato todos os benefícios fiscais alcançados pelo Instituto, dos benefícios fiscais disponíveis ao Instituto, hoje ele se beneficia apenas da Isenção do IRPJ e CSLL, o objetivo do Instituto é se enquadrar de forma que seja possível usufruir a isenção da parte patronal do INSS que é 20% sobre a folha de pagamento.

Hoje a entidade tem custo bastante dispendioso com INSS parte patronal, este custo forçou a entidade no ano de 2014 a contrair um parcelamento no valor de R\$ 22.658,56 que contemplavam apenas 02 competências, além do parcelamento a entidade pagou ao INSS no ano de 2014 o correspondente a R\$ 133.845,49, dos quais R\$ 74.705,20 se refere a cota

patronal. No ano de 2015 a entidade necessitou fazer um novo parcelamento para conseguir quitar o INSS em atraso e obter a certidão negativa de débitos do INSS, como se pode perceber os 20% sobre a folha que se refere a parte patronal tem custo expressivo para entidade no que diz respeito ao INSS.

Todavia, Com base nos dados obtidos pode-se perceber que o Instituto Beta possui certas deficiências internas em seu mecanismo de controladoria que o impede de obter as informações necessárias em tempo hábil, isto reflete diretamente no momento em que as informações são reunidas para apresentar aos órgãos responsáveis por conceder a certificação.

Isto de fato tem causado um atraso considerável concernente ao processo de prestação de contas tanto para o Ministério Público Federal, quanto para os demais órgãos certificadores, devido o processo burocrático e o excesso de documentação exigida, o que requer mais disciplina da entidade nos cumprimentos dos prazos. A burocracia em demasia foi abordado pelos entrevistados como o fator principal que dificulta o processo de prestação de contas, em segundo lugar está a falta de tecnologia eficiente e de baixo custo, este por sua vez é um fator de peso que influencia na implantação de sistema de gestão interna.

O Instituto no entanto necessita de sistema de controle interno que gerem informação de qualidade e confiável, pois hoje esta informação é obtida por e-mail e telefone, o que deixa a desejar, pois apesar de na percepção dos entrevistados os relatórios serem claros e consistentes, poucas unidades mantem estas informações de forma regular e as demais demoram na entrega das informações.

Para corrigir as deficiências existentes e visando maior agilidade na entrega dos relatórios gerenciais, o Instituto está implantando um sistema de gestão onde será possível obter as informações necessária de maneira eficaz, pois segundo os entrevistados sem a tecnologia de informação se torna inviável manter uma gestão eficaz, pois o atraso de tempo entre a obtenção da informação e a tomada de decisão seria extenso e a informação por sua vez se tornaria obsoleta.

O instituto no entanto vem cuidando não apenas para alcançar novos benefícios, mas para manter os já existentes principalmente a certificação como Utilidade Pública Federal, pois caso a entidade deixe de prestar contas por determinado período ou a informação prestada não seja compatível com a realidade do Instituto o Ministério Público Federal poderá suspender a certificação concedida a entidade.

O desafio do Instituto neste momento é aplicar um novo modelo de gestão que se aplique em todos os núcleos onde se desenvolvem as atividades de maneira melhorar e uniformizar o processo.

Então para que o Instituto possa obter resultados positivos será necessário corrigir as falhas existentes no controle interno, através de implantação do sistema de informação e adequação da gestão, para poder fazer frente ante a burocracia existente nos órgãos certificadores.

4.3 Requisitos para o Enquadramento Pretendido

Para se ter acesso a isenção do INSS , primeiro a entidade deve possuir o título de Utilidade Pública Federal e ser reconhecida como assistente social.

Os passos para cadastra-se como assistente social de acordo com o artigo 3º da resolução 16/2010 do CNAS (Conselho Nacional de Assistência social) são:

Quadro 3 - Requisitos para cadastro no CNAS

I - ser pessoa jurídica de direito privado, devidamente constituída, conforme disposto no art. 53 do Código Civil Brasileiro e no art. 2º da Lei nº 8.742, de 1993;	II - aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado operacional integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
III - elaborar plano de ação anual contendo: Legislação – Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) 4/18 a) finalidades estatutárias; b) objetivos; c) origem dos recursos; d) infraestrutura; e) identificação de cada serviço, projeto, programa ou benefício socioassistencial, informando respectivamente:	IV - ter expresso em seu relatório de atividades: a) finalidades estatutárias; b) objetivos; c) origem dos recursos; d) infraestrutura; e) identificação de cada serviço, projeto, programa ou benefício socioassistencial executado, informando respectivamente: e.1) público alvo e.2) capacidade de atendimento;

Continua

Continuação

<p>e.1) público alvo;</p> <p>e.2) capacidade de atendimento;</p> <p>e.3) recurso financeiro utilizado;</p> <p>e.3) recursos financeiros a serem utilizados; (alterado pela Resolução CNAS nº 10/2011)</p> <p>(alterado pela Resolução CNAS nº 10/2011) e.3)</p> <p>recursos financeiros a serem utilizados;</p> <p>e.4) recursos humanos envolvidos;</p> <p>e.5) abrangência territorial;</p> <p>e.6) demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do plano: elaboração, execução, avaliação e monitoramento.</p>	<p>e.3) recurso financeiro utilizado</p> <p>e.4) recursos humanos envolvidos.</p> <p>e.5) abrangência territorial;</p> <p>e.6) demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do plano: elaboração, execução, avaliação e monitoramento".</p> <p>(itens incluídos pela Resolução CNAS 33/2010).</p>
---	--

Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos da RESOLUÇÃO 16/2010 DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2010, P. 3.

De acordo com o art. 4º a entidade só poderá exercer suas atividades após a prévia inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social respectivo ou Distrito Federal de acordo com o caso.

O artigo 5º estabelece que os programas, serviços, projetos e benefícios socioassistenciais as entidades e organizações somente poderão ser executados se devidamente inscritos conforme o art. 4º.

O artigo 6º determina que a inscrição dos programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Municipal ou no Distrito Federal serve como reconhecimento público dos feitos realizados pelas entidades ou organizações sem fins lucrativos.

O parágrafo 1º e 2º deste artigo descrevem o tipo de serviço e as resoluções ou decretos aplicados a estes;

§ 1º Os serviços de atendimento deverão estar de acordo com a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que trata da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, e com o Decreto nº 6.308, de 14 de dezembro de 2007.

§ 2º Os serviços de assessoramento, defesa e garantia de direitos deverão estar de acordo com o Decreto nº 6.308, de 2007, que orienta sobre a regulamentação do art. 3º da Lei 8.742, de 1993, e com esta Resolução. (Legislação – Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS, 2010, p. 05)

Conforme o artigos 10º as entidades que realizam atividades em mais de um município ou estado deverá apresentar em cada um dos municípios ou estados respectivos deverão apresentar as seguintes documentação para obtenção da inscrição:

- ✓ Apresentar o requerimento, conforme o modelo anexo II;
- ✓ Apresentar o plano de ação;
- ✓ Apresentar o comprovante de inscrição no Conselho de sua sede ou onde desenvolva o maior número de atividades, nos termos do §1º e §2º do art. 6º e do art. 7º desta Resolução;

Depois de realizados estes procedimentos o passo seguinte será concluído pelos Conselhos de assistência Social, eles deverão:

- ✓ Analisar os pedidos de inscrição recebidos, bem como toda a documentação;
- ✓ Promover visitas a entidade ou organização de assistência social e fornecer um parecer sobre as condições para o funcionamento
- ✓ Traçar, discutir e decidir os pedidos de inscrição em reunião plenária.
- ✓ Enviar a documentação ao órgão gestor responsável para inclusão no Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social conforme a Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009, e manter garantido o acesso aos documentos sempre que se fizer necessário, em função do exercício do controle social.

Os pedidos serão analisados seguindo a ordem de entrega da documentação exigida seguindo dois procedimentos: análise documental e análise de requisitos.

A análise documental será realizada verificando a presença e conformidade de toda documentação exigida na resolução CNAS 16/2010, sendo desejável a utilização de Checklist, conforme quadro 5.

Para a análise de requisitos o conselho verificará o disposto no artigo 3º da resolução do CNAS 16/2010.

Depois das devidas verificações o conselho de assistência Social fará uma visita a entidade conforme previsto no inciso II do artigo 12 da resolução CNAS 16/2010. A visita poderá ser feita pela equipe técnica do CAS ou pelos conselheiros e será verificado a veracidade das informações prestadas no plano de ação e o praticado pela Instituição.

É recomendável o prévio agendamento das visitas com a entidade, também é desejável seguir um roteiro durante a realização da visita para o processo de inscrição, caso seja necessárias novas visitas este roteiro poderá ser incrementado conforme anexo B.

Quadro 5- Checklist Documental

CENÁRIOS	DOCUMENTAÇÃO QUE AS ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DEVEM APRESENTAR	APRESENTADO PELA ENTIDADE			
		SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES
a) Entidades de assistência social com atuação em apenas um município ou no DF	*Requerimento datado e assinado pelo representante legal da entidade, conforme modelo constante do Anexo I da Resolução CNAS nº 16/2010;				
	*Cópia do estatuto social (atos constitutivos) registrado em cartório;				
	*Cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório;				
	*Plano de Ação;				
	*Cópia do Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;				
	*Relatório de Atividades, quando houver.				
b) Entidades de assistência social com atuação em mais de um município, deverão estar com requerimento de inscrição em sua sede ou onde desenvolva maior número de atividades e outro requerimento em cada um dos municípios em que desenvolver algum	Requerimento datado e assinado pelo representante legal da entidade, conforme modelo constante do Anexo II da Resolução CNAS nº 16/2010;				
	Plano de Ação;				
	Comprovante de inscrição no Conselho de sua sede ou onde desenvolva o maior número de atividades, nos termos do §1º e §2º do art. 6º e do art. 7º da Resolução;				

Continua

Continuação

serviço, programa, projeto ou benefício socioassistencial.	Relatório de Atividades, quando houver.				
c) Entidades sem fins econômicos, atualmente inscritas, que não atuam preponderantemente e na política de assistência social, mas que também desenvolvem ações nessa área.	Requerimento datado e assinado pelo representante legal da conforme modelo constante do Anexo III da Resolução CNAS nº 16/2010; entidade,				
	Cópia do estatuto social (ato constitutivo) registrado em cartório;				
	Cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório;				
	Plano de ação relatório de atividades, quando houver.				

Fonte: Conselho Nacional de Assistência Social, 2012, p.19.

Após a visita a Instituição e análise de toda documentação, será elaborado um parecer técnico que constará as condições de funcionamento da Instituição conforme a resolução do CNAS nº 16/2010, artigo 12, inciso II, tanto a equipe técnica quanto os conselheiros poderão efetuar este parecer. Este parecer é de suma importância, pois nele constará se a Instituição cumpriu ou não os requisitos estabelecidos pelo CAS, e a indicação sobre deferimento ou indeferimento do requerimento de inscrição ao plenário.

Posterior a decisão o CAS deliberará na forma de resolução, então publicará a decisão sobre os requerimentos no Diário Oficial da União ou jornal de grande circulação ou outro meio de veiculação da informação. É desejável que o CAS notifique as Instituições cujos processos foram deferidos por meio eletrônico ou correspondência, pois estas poderão recorrer em um prazo de 30 dias a contar do dia seguinte da publicação.

Quanto à isenção do INSS de acordo com a lei 12.101 de 2009 para obter a isenção da parte patronal do INSS a instituição deverá seguir os seguintes procedimentos;

Quadro 4- requisitos para obter isenção Social

<p>Art. 29. A entidade beneficente certificada na forma do Capítulo II fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os arts. 22e 23 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, desde que atenda, cumulativamente, aos seguintes requisitos:</p>	
<p>I – não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos, exceto no caso de associações assistenciais ou fundações, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações; (Redação dada pela Lei nº 13.151, de 2015)</p>	<p>II - aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;</p>
<p>III - apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;</p>	<p>IV - mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;</p>
<p>V - não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;</p>	<p>VI - conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;</p>
<p>VII - cumpra as Obrigações Acessórias estabelecidas na legislação tributária;</p>	<p>VIII - apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pela Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006.</p>
<p>§ 1o A exigência a que se refere o inciso I do caput não impede: (Incluído pela Lei nº 12.868, de 2013)</p>	
<p>I - a remuneração aos diretores não estatutários que tenham vínculo empregatício; (Incluído pela Lei nº 12.868, de 2013)</p>	<p>II - a remuneração aos dirigentes estatutários, desde que recebam remuneração inferior, em seu valor bruto, a 70% (setenta por cento) do limite estabelecido para a remuneração de servidores do Poder Executivo federal. (Incluído pela Lei nº 12.868, de 2013)</p>
<p>§ 2o A remuneração dos dirigentes estatutários referidos no inciso II do § 1o deverá obedecer às seguintes condições: (Incluído pela Lei nº 12.868, de 2013)</p>	

Continua

Continuação

I - nenhum dirigente remunerado poderá ser cônjuge ou parente até 3o (terceiro) grau, inclusive afim, de instituidores, sócios, diretores, conselheiros, benfeitores ou equivalentes da instituição de que trata o caput deste artigo; e (Incluído pela Lei nº 12.868, de 2013)	II - o total pago a título de remuneração para dirigentes, pelo exercício das atribuições estatutárias, deve ser inferior a 5 (cinco) vezes o valor correspondente ao limite individual estabelecido neste parágrafo. (Incluído pela Lei nº 12.868, de 2013)
§ 3o O disposto nos §§ 1o e 2o não impedem a remuneração da pessoa do dirigente estatutário ou diretor que, cumulativamente, tenha vínculo estatutário e empregatício, exceto se houver incompatibilidade de jornadas de trabalho. (Incluído pela Lei nº 12.868, de 2013)	
Art. 30. A isenção de que trata esta Lei não se estende a entidade com personalidade jurídica própria constituída e mantida pela entidade à qual a isenção foi concedida.	

Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos da Lei 12.101 de 2009 capítulo IV seção I

De acordo com o artigo 31 a entidade poderá desfrutar do direito a isenção a partir da data de publicação da concessão de sua certificação. Porém e acordo com o artigo 32 caso a entidade descumpra algum tem citado na seção I, a mesma receberá da Receita Federal do Brasil um auto de infração com o período correspondente ao descumprimento e os fatos que não atenderam aos requisitos para usufruir da isenção.

De acordo com o paragrafo 1 as entidades que se enquadrarem no artigo 31 terão o direito a isenção suprimido no período onde houve o descumprimento

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando todos os fatores abordados neste trabalho, percebe-se quão grande é a dificuldade das Instituições Civis para usufruir dos benefícios que lhes são de direito diante de tamanha burocracia existente nos órgãos certificadores.

A instituição que realmente almeja usufruir os benefícios anteriormente citados como, isenção do INSS ou ser reconhecida como Utilidade Pública Federal ou OSCIP, terá um longo caminho a percorrer e deverá possuir em sua gestão um sistema de controle que lhe permita o acesso imediato as informações quando se fizer necessário, além do sistema, é imprescindível que hajam pessoas capacitadas que possam manusear a informação da maneira correta, mantendo sempre a atualização dos dados, bem como reunindo as informações de todos os núcleos da Instituição conforme a necessidade.

Na Instituição objeto deste trabalho, o primeiro passo em busca da concessão da isenção do INSS já foi dado, as informações foram reunidas e entregue ao Conselho Nacional de Assistência Social do Município, agora aguarda a manifestação do CNAS.

Mas a entrega da documentação não é o bastante, faz-se necessário ficar atento a todas as exigências feita pelo CNAS que será direcionada de acordo com o os dados fornecidos pela Instituição no momento da entrada do processo.

A Instituição, no entanto, deverá manter-se fiel ao proposito de implementar o sistema de informação para melhor gerenciamento das informações, para que possa ter melhor qualidade e segurança das informações geradas.

Os órgãos certificadores são muito burocráticos no que tange a conceder certificação para as Instituições, por isto muitas acabam por desistirem no meio do processo de busca pela certificação, isto ocorre devido ao excesso de burocracia e talvez a falta de organização da própria Instituição, pois não conseguem apresentar os documentos exigidos no devido tempo.

O Instituto Beta deverá manter rigoroso controle interno, melhorar os prazos para envio das informações à contabilidade, pois esta depende das informações repassadas pelo Instituto Beta para prestação de contas ao Ministério da Justiça, estas informações são de extrema importância para a concessão da Certidão de UPF e esta certificação que dá direito a Instituição de usufruir dos benefícios fiscais.

Quanto aos objetivos apontados neste trabalho, em se tratando dos benefícios fiscais já usufrui da isenção da Contribuição Social e IRPJ, o Instituto no entanto está na busca pela

Isenção do INSS parte patronal. Como já exposto anteriormente o Instituto está trabalhando para melhorar os mecanismos de controle interno que influenciam na geração das informações econômico-financeira de forma a melhorar a comunicação com os demais núcleos e padronizar o envio das informações.

Diante do exposto percebe-se que por falta de controle interno adequado, gestão de qualidade e sincronismo entre os membros da Instituição, vem sofrendo por não conseguir reunir os dados necessários no momento devido. Os órgãos certificadores não facilitam no momento de conceder a certificação as instituições civis, estas devem demonstrar aptidão e corresponderem as exigências para pleitear a certificação.

As Instituições dependem dos títulos para conseguirem contratos e subvenções com os órgãos credenciados, apesar de contribuírem de forma direta com o governo através dos programas desenvolvidos para beneficiar a população, as instituições não são favorecidas na hora de conseguir a certificação, então é necessário manter a organização interna, tendo o cuidado de não descumprir com nenhuma das exigências determinadas, pois do contrário, a instituição perderá a certificação recebida.

A instituição deve a todo tempo trabalhar com seriedade, transparência, sem desviar-se dos objetivos propostos em seu Estatuto. Devendo, ainda, manter-se irrepreensível e fiel as informações prestadas, pois desta forma além de alcançar a certificação almejada entre os órgãos certificadores, também possibilitará o alcance de mais recursos para investimento em seus projetos sociais.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Nazaré Lins. **Brasil. Ministério da Saúde.** Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e AIDS. Sustentabilidade: aids e sociedade civil em debate / Secretaria de Vigilância em Saúde, Programa Nacional de DST e Aids. – **Brasília:** Ministério da Saúde, 2004.p.36. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/32429-39181-1-PB.pdf#page=36>> Acesso em 07/06/2015.

CARDOSO, Ricardo lopes, et al. **pesquisa científica em contabilidade entre 1990 e 2003.** Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/37114/35885>> Acesso em 25/05/2015.

CARVALHO, Cristina Amélia de. **A TRANSFORMAÇÃO ORGANIZACIONAL DAS ONGs NO BRASIL:** Um Processo de isomorfismo com as ongs do norte. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEO/eneo_2000/2000_ENEO34.pdf> Acesso em 11/06/2015.

COSTA, Selma Frossard. **O Serviço Social e o Terceiro Setor.** Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v7n2_selma.htm. Acesso em 07/06/2015 >

CUNHA, Sheila Santos. **O Controle Social E Seus Instrumentos;** 2003 Disponível em: <<http://socialiris.org/imagem/boletim/arq493428c8bc3db.pdf>> Acesso em 18/04/2015.

FERNANDES, Rubem César. **O que é o terceiro setor?.** Disponível em: <<http://dspace.almg.gov.br/xmlui/bitstream/handle/11037/1091/1091.pdf?sequence=3>> Acesso em 18/04/2015.

FERRAREZI, Elisabete. **O Novo Marco Legal do Terceiro Setor no Brasil,**2001. Disponível em: <<http://www.geocities.ws/martinelli.tiago/OSCIPI.pdf>> Acesso em 07/06/ 2015.

FERRAREZI, Elisabete. **Brasil. Ministério da Saúde.** Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. Sustentabilidade: aids e sociedade civil em debate / Secretaria de Vigilância em Saúde, Programa Nacional de DST e Aids. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/32429-39181-1-PB.pdf#page=36>> Acesso em 07/06/2015.

FISCHER, Rosa Maria. **Estado, Mercado e Terceiro Setor: uma análise conceitual das parcerias intersetoriais, 2005.** Disponível em: <http://www.rausp.usp.br/busca/artigo.asp?num_artigo=1153> Acesso em 07/05/2015.

FISHER, Rosa Maria; FALCONER, Andrés Pablo. **"Desafios da Parceria Governo Terceiro Setor"**, 1998. Disponível em: <<http://empreende.org.br/pdf/ONG's,%20OSCIPI'S%20e%20Terceiro%20Setor/Desafios%20da%20Parceria%20Governo%20Terceiro%20Setor.pdf>> Acesso em 18/04/2015.

GIBBS, Graham. **Análise de Dados Qualitativos**. Porto Alegre ArtMed 2009 (Pesquisa qualitativa).

GOLDSCHMIDT, Andrea. **Projetos Institucionais e Planejamentos Estratégicos: Missão e valores na estruturação de relacionamentos de parceria**. Disponível em:

<<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/32429-39181-1-PB.pdf#page=36>>

Acesso em 18/05/2015.

Instituto Brasileiro de Direito da Família. História. Disponível em: <

<http://www.ibdfam.org.br/conheca-o-ibdfam/historia>> Acesso em 18/09/2015.

JÚNIOR, Carlos Augusto de Oliveira. **ONG'S COMO ESPAÇO DE INVESTIMENTO PROFISSIONAL**. Disponível em:

<<http://189.16.45.2/ojs/index.php/recadm/article/view/106/247>. Acesso em 11/06/2015>

JUNIOR, nivaldo carneiro; NOGUEIRA, Edna Aparecida; lanferini, Gisele Magalhães et al.. Serviços de saúde e população de Rua: Contribuição para um debate. Disponível em;

<<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v7n2/05.pdf>> . Acesso 11/05/2015.

Lima, Gustavo Ferreira da Costa. “**Questão Ambiental e educação: Contribuições para o debate;**”. **Ambiente & Sociedade**, NEPAM/UNICAMP, Campinas, ano II, nº 5, 135-153, 1999. Disponível em:

<https://scholar.google.com.br/scholar?start=10&q=CONTRIBUI%C3%87%C3%83O+SOCIAL+DAS+ONG%27S&hl=pt-BR&as_sdt=0,5> Acesso em 11/05/2015.

MALVASI, Paulo Artur. ONGs, vulnerabilidade juvenil e reconhecimento cultural: eficácia simbólica e dilemas. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v12n26/a12.pdf>>

Acesso em 18/05/2015.

MARQUES, Daniel Siqueira Pitta; MERLO, Edgard Monforte; NAGANO, Marcelo Seido. **A QUESTÃO DA AVALIAÇÃO DA LEGITIMIDADE DE ONGS**. Disponível em:

<<http://www.revistas.usp.br/rege/article/view/36518/39239>> . Acesso em 07/06/2015.

MATTOS, Solange Maria da Silva Nunes; DRUMMOND, José Augusto. **O Terceiro setor como executor de políticas públicas: ong's ambientalistas na BAÍA de GUANABARA** (1990-2001). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n24/a12n24.pdf>> Acesso em 11/06/2015

MIGUEL, Paulo Augusto Cauchick. **Estudo de caso na engenharia de produção: estruturação e recomendações para sua condução**. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/prod/v17n1/14.pdf>> Acesso em 25/05/2015

MICHEL, Maria Helena, **Metodologia e Pesquisa científica em ciências Sociais**; 2ª ed. São Paulo; Atlas, 2009.

MURARO, Piero; Lima, José Edmilson de Souza. **Terceiro Setor, Qualidade ética e riquezas das organizações**. Disponível em:

<http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v6_n1/07_piero.pdf. > Acesso em 06/06/2015

MORGAN, Levi; BENEDICTO, Gideon Carvalho. **Um Estudo sobre a Controladoria em Organizações do Terceiro Setor na Região Metropolitana de Campinas**. Revista de Administração da UNIMEP, v. 7, n.3, Setembro / Dezembro – 2009. Disponível em:

<<http://www.regen.com.br/ojs/index.php/regen/article/view/95/388> > Acesso em 07/06/2015.

OLIVEIRA, Anna Cynthia; HADDAD, Sérgio. As organizações da Sociedade Civil e as ONGS de Educação. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n112/16101.pdf>.> Acesso em 06/06/2015

PAULA, Jéferson Olegário de. **Caracterização do modelo organizacional de duas instituições do Terceiro Setor utilizando a Teoria de Mintzberg**. Economia e Gestão, Belo Horizonte , v.8, n.16 , p.48-60, Obs.on line, jan. 2008.

PAULA, Ariano Cavalcanti de. População e Amostra da Pesquisa, 2004. Disponível em: <http://gpo.com.br/tese/amostra.htm> > Acesso em 24/11/2015

Planalto. Lei 12101 de 2009. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/112101.htm >

PRONDANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César de. Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico; 2ª edição, Rio Grande do Sul; Feevale, 2013.

RAMOS, Silvia. **O Papel das ONGS na Construção de políticas de saúde: a Aids, a saúde da Mulher e a saúde Mental**, disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/csc/v9n4/a27v9n4.pdf> > Acesso em 06/06/2015.

ROSSY, Elizena de Jesus Barbosa. **Mídia e Terceiro Setor: Como as ONGS Promovem a Cultura de Paz**, disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/5062>> Acesso em 07/06/2015.

RESENDE, Tomáz de Aquino. **A Necessidade do velamento do ministério público pelas atividades das organizações de direito privado sem fins lucrativos, inclusive das associações**. Pág.122. Disponível em: <<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/32419-39141-1-PB.pdf#page=123>> Acesso 07/06/2015.

STORCH, Sami. **ONGS e o controle social dos serviços públicos regulados: as ações judiciais do Idec na área de telecomunicações**. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2430/126637.pdf?sequence=2&isAllowed=y>> Acesso em 07/06/2015.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações não governamentais e terceiro setor criação de ONGs e estratégias de atuação**. 5. São Paulo Atlas 2012. Disponível em: <<http://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522475025/pages/67287591>> Acesso em 11/06/2015.

TEIXEIRA, Rubens de França. **Discutindo o terceiro Setor Sob o Enfoque de Concepções Tradicionais e Inovadoras de Administração**. Disponível em: <http://www.profjayrfigueiredo.com.br/CH_AC_17.pdf . > Acesso em 07/06/2015

Valmor Slomski et al. **Contabilidade do terceiro setor: uma abordagem operacional: aplicável às associações, fundações, partidos políticos e organizações religiosas**. São Paulo: Atlas, 2012

VENTURA, Magda Maria. **O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa**. Disponível em: <http://www.polo.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/o_estudo_de_caso_como_modalidade_de_pesquisa.pdf> Acesso em 25/05/2015

VILLA, Rafael A. Duarte. **Formas de influência das ONGs na política internacional contemporânea**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n12/n12a02.pdf>> Acesso em 11/06/2015.

APÊNDICE A – Questionário aplicado aos usuários internos

Pessoa:

Sexo: F () M ()

Idade:

Formação:

Tempo na instituição:

Relação com o processo de geração de informação:

() Fonte () Usuário direto () Usuário indireto

1. Você tem Conhecimento dos benefícios fiscais que alcançariam a Instituição?
2. Quais seriam eles?
3. A instituição já usufrui algum deles? Se sim, qual?
4. Existe algum processo em andamento, cujo objetivo é o alcance de novos benefícios?
5. Quais as principais barreiras e/ou obstáculos quanto à certificação da instituição ou outros elementos na busca de novos benefícios?
6. Como você diagnosticaria o nível dos controles internos, no sentido de geração de informações, na instituição? Bom, regular ou ótimo?
7. Quais os são os principais mecanismos de controle interno utilizados?
8. Qual a qualidade das informações econômico-financeira, quanto ao conteúdo técnico, e a tempestividade?
9. Qual o principal fator que impacta negativamente a geração de informação?
10. Como é feita a troca de informação com os núcleos estabelecidos em outros estados?
11. Qual sua percepção quanto à clareza das informações durante a elaboração de relatórios gerenciais?
12. Qual a relação da tecnologia da informação com as informações gerada nos processos internos (sistemas)?

Fonte: Elaborado pela autora.

ANEXO A - Modelo Requerimento de Inscrição Anexo II

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO DE SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS DE ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Senhor (a) Presidente do Conselho de Assistência Social de _____ A entidade abaixo qualificada, com atuação também neste município, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer a inscrição dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais abaixo descritos, nesse Conselho.

A - Dados da Entidade:

Nome da Entidade _____

CNPJ: _____

Código Nacional de Atividade Econômica Principal e Secundário _____ Data de inscrição no

CNPJ ____/____/____

Endereço _____ no _____ Bairro _____

Município _____ UF _____ CEP _____ Tel. _____ FAX _____ E-mail _____

_____ A entidade está inscrita no Conselho Municipal de

_____, sob o número _____, desde ____/____/____.

Síntese dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais realizados no município. (descrever todos)

B - Dados do Representante Legal:

Nome _____

Endereço _____ nº _____ Bairro _____ Município _____

UF _____ CEP _____ Tel. _____ Celular _____ E-mail _____

_____ RG _____ CPF _____ Data _____

nasc. ____/____/____ Escolaridade _____ Período do _____

Mandato: _____

C - Informações adicionais _____

Termos em que,

Pede deferimento.

Local _____ Data ____/____/____

Assinatura do representante legal da entidade

ANEXO B - Roteiro de Visita à entidade

Visita à entidade

Data da visita:

Dados da Entidade

CNPJ:

Nome da Entidade:

Inscrição solicitada: Inscrição de entidade de assistência social Inscrição de serviços, programas, projetos e benefícios de entidades de assistência social fora da sede da entidade Inscrição de serviços, programas, projetos e benefícios de entidades não preponderantes de assistência social, mas que também desenvolvem ação nessa área.Caracterização das ofertas da entidade

1. O tipo de oferta se caracteriza como:

 Atendimento. Assessoramento e defesa e garantia de direitos.

2. Qual a faixa etária do público-alvo atendido?

 De 0 a 6 anos de 25 a 59 anos De 7 a 14 anos de 60 anos ou mais De 15 a 24 anos

3. Qual a caracterização do público-alvo atendido?

 Indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família Beneficiários do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC Gestantes/nutrizes Crianças e adolescentes com deficiência Jovens e adultos com deficiência Povos e comunidades tradicionais (povos indígenas, comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, etc) Crianças e adolescentes em situação de trabalho